



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gestão de Políticas Sociais)

Pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais: conceitos e pressupostos teórico-metodológicos

Afrânnia Hemanuely Castanho Duarte ¹

Resumo. O debate público a respeito da avaliação das políticas e programas sociais é fundamental frente aos desafios impostos pela realidade, por isso o objetivo desse artigo é por meio de levantamento bibliográfico, apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento dos estudos avaliativos no âmbito internacional e no Brasil, buscando refletir acerca dos modelos tradicionais e das discussões no campo crítico. É possível afirmar que dada a falta de consenso sobre a temática, propiciar o entendimento a cerca dos aspectos teórico-metodológicos é essencial para o planejamento dos procedimentos avaliativos, na busca de contribuir com o aprimoramento da implementação das políticas e programas.

Palavras-chave: avaliação de políticas e programas; pesquisa avaliativa; implementação.

Abstract: The public debate regarding the evaluation of social policies and programs is fundamental in the face of the challenges imposed by reality, which is why the objective of this article is, through bibliographical research, to present a discussion on the development of evaluation studies internationally and in Brazil, seeking to reflect on traditional models and discussions in the critical field. It is possible to state that given the lack of consensus on the topic, providing understanding regarding theoretical-methodological aspects is essential for planning evaluation procedures, in the quest to contribute to improving the implementation of policies and programs.

Keywords: evaluation of policies and programs; evaluative research; implementation.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa de avaliação de políticas públicas constitui um campo vasto de diferentes tendências, para as diversas intenções de um desenho investigativo. As escolhas entre as técnicas e os procedimentos tomados pelo(a) avaliador(a) pesquisador(a), a luz de seus objetivos, definirão o tipo de avaliação e a metodologia adequada ao processo investigativo. Independente do desenho, entendemos que o objeto da avaliação é a intervenção em uma dada realidade social a ser desenvolvida nas diferentes fases (diagnóstico, programação e execução) de uma política ou programa de caráter público.

¹ Assistente Social na Prefeitura Municipal de Cambé. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). afrannia@gmail.com.



O debate público sobre a avaliação de políticas e programas sociais tem sido cada vez mais emergente frente aos desafios impostos na realidade. O processo avaliativo pode propiciar conhecimento para tomada de decisões, para aprimorar o desenvolvimento das políticas, melhorar a aplicação de recursos, identificar seus impactos, entre outras questões oportunas, sejam de ordem técnica e política.

Dessa forma, a avaliação tem como principal objetivo estimar o valor de algo, avaliar e compreender os fatores que distanciam os objetivos e o desenho do programa, tendo como referência seus objetivos e metas.

O objetivo deste artigo é por meio de levantamento bibliográfico, apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento dos estudos avaliativos no âmbito internacional e no Brasil, buscando refletir acerca dos modelos tradicionais e das discussões no campo crítico, considerando que não há consenso sobre o tema. Para tal, apresentaremos os principais conceitos sobre a avaliação, as principais vertentes teóricas, o que a diferencia de uma análise, quais os métodos, recursos analíticos e procedimentos usuais, a definição de indicadores e variáveis, entre outros elementos essenciais para fundamentação teórica de uma proposta de pesquisa avaliativa. Sem a pretensão de explicar todas as possibilidades de desenhos avaliativos, destacaremos principalmente as questões metodológicas da avaliação de processo e para tal, daremos destaque a fase de implementação das políticas.

2. CONCEITOS E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA AVALIATIVA

A palavra avaliação está presente no dia a dia de todos, de maneira que costumamos usá-la ao pensar em algo de forma a estimar algum valor e mérito², antes, durante ou depois de acontecer. Julgamos uma atitude ou um fato de maneira informal cotidianamente. Aguillar e Egg (1994) nos chamam a atenção para a diferença entre este tipo de avaliação informal, em sentido lato, sem preocupações metódicas e as formas de avaliações sistemáticas, em sentido estrito, que devem respeitar critérios científicos e técnicos. Esta última forma faz referência a pesquisa avaliativa que utiliza os métodos da pesquisa social. Para este autor e autora:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida, destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes do programa (tanto na fase do diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão

² Aguillar e Egg (1994) diferenciam o conceito de valor e mérito de outros conceitos similares como: Medição, estimação, seguimento, controle e programação.



racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados (AGUILLAR; ANDER-EGG, 1994, p. 32).

Selecionamos este conceito, pois ele implica e chama atenção para várias questões que são desenvolvidas no decorrer de tal obra. A primeira questão que queremos destacar refere-se ao conceito sobre a avaliação enquanto pesquisa social aplicada, sendo uma vertente das ciências sociais. Para Scriven (1991, *apud* BARREIRA, 2000), não há um consenso entre os estudiosos do campo, para alguns a avaliação é uma disciplina autônoma, analítica e tem sua própria especificidade. Apesar de não haver consenso nessa discussão, já se sabe que a pesquisa avaliativa é reconhecida cientificamente.

A segunda reflexão diz respeito à pesquisa avaliativa que busca acessar os diferentes estágios de condução das políticas e programas sociais a partir de procedimentos metodológicos da pesquisa social. Identificando informações válidas e confiáveis, na busca de estimar e atribuir juízo sobre o valor e mérito de algo. Para Scriven (1967, *apud*, AGUILLAR; ANDER-EGG, 1994), o valor está relacionado ao nível da necessidade de realizar algo, já o mérito tem a ver com o grau da eficiência da realização de algo, ou seja, se foi bem feito independente do seu valor. Esta definição corrobora para pensar os fundamentos e aplicação dos critérios de julgamento a serem utilizados na avaliação.

De acordo com Silva (2013, p. 44), a pesquisa avaliativa é um ato técnico e político que se baseia em valores e conhecimento da realidade, e exige uma análise crítica dos fundamentos do programa e dos interesses dos sujeitos envolvidos no processo.

Além disso, a avaliação seria compreendida como um instrumento destinado para ações que tenham objetivos concretos relacionados a uma intervenção social, podendo ser realizada nas diferentes fases do programa: Diagnóstico, programação e execução, assim como após o seu término. Identificando os tipos de avaliação em relação ao momento realizado e seus objetivos: a avaliação *ex-ante* que antecipa a fase de execução, visa avaliar a pertinência do programa ao iniciar sua elaboração. É a avaliação *ex-post* realizada durante, que poderá fundamentar decisões de continuidade e possíveis alterações durante a execução, podendo também ser realizada após o término do programa, com intuito de estimar e avaliar resultados, efeitos e impactos gerados na realidade. Por isso a avaliação deve ter um sentido de utilidade, tanto para o alcance dos objetivos estabelecidos como para satisfação dos destinatários do programa. Nesse sentido a avaliação deve servir para melhorar as ações propostas, subsidiando a tomada de decisões, permitindo modificar e alterar as ações em curso de forma racional.

Existem também os modelos de avaliação de acordo com a sua natureza e finalidade: a avaliação de resultados e avaliação de processo. De acordo com Draibe (2001), o primeiro preocupa-se em saber o cumprimento e a qualidade dos objetivos



alcançados nos resultados. Já a avaliação de processo tem como objetivo identificar no processo de implementação, fatores que facilitam ou dificultam o alcance dos resultados.

Para Silva (2013), o estudo e a avaliação do processo das políticas públicas identifica uma série de atividades processuais do sistema político, que ela chama de “Movimentos do processo das políticas públicas”, neste movimento ela destaca as seguintes etapas: a) *Constituição do problema e da agenda governamental*: para que um problema esteja incluído na agenda governamental é necessário que ele chame atenção da gestão pública, através de estratégias que possibilitem sua visibilidade e legitimidade, ou seja, problema que deve ganhar atenção da sociedade e do poder público. b) *Formulação de alternativas de política*: este é o momento que o corpo técnico, principalmente, estabelece o diagnóstico do problema indicando alternativas e o conteúdo geral do programa; c) *Adoção da política*: este é um movimento decisório que estabelece o desenho do programa, momento que o Legislativo estabelece as leis, portarias, dentre outros instrumentos de definição que afiançam a implementação do programa. d) *implementação ou execução dos programas sociais*: aqui ocorre a materialização do programa, “é a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas preestabelecidos, tendo em vista obter resultados pretendidos” (SILVA, 2013, p. 26). Esses movimentos, de acordo com a autora, não se apresentam de forma linear, podem se desenvolver ao mesmo tempo de forma independente ou combinada.

Com base nos estudos de Arretche (2007) e Silva (2013), além do rigor científico, existem alguns recursos analíticos importantes para a avaliação das políticas públicas, um deles é a distinção entre os critérios de efetividade, eficácia e eficiência. O critério de efetividade estaria relacionado à avaliação entre a implementação de uma política, seus custos e resultados, tendo em vista seus objetivos e metas, ou melhor seus “produtos” previstos no programa. O critério da eficácia se refere, a avaliação dos objetivos e dos instrumentos explícitos e seus resultados, que segundo Arretche (2007), é uma avaliação que pode ser direcionada de duas maneiras: com foco nas metas propostas e alcançadas ou nos instrumentos previstos e aqueles realmente aplicados na implementação da política. Já a avaliação da eficiência tem com foco a relação entre a implementação, seus impactos e efeitos na realidade objeto e para o público alvo.

Neste estudo, por dimensão de eficácia, entendemos a busca pela satisfação das necessidades sociais a luz da gestão pública regida por princípios democráticos, na qual a política social é entendida como política pública e direito de cidadania pelo traço comportamental do *ethos* solidário, que está a serviço das necessidades sociais engendradas da relação antagônica entre capital e trabalho (PEREIRA, 2020). Diferente das dimensões de eficácia, eficiência e efetividade no contexto da Reforma do Estado que move sua estratégia a partir do paradigma gerencial presente praticamente em todas as políticas.



De acordo com Franceze (2011), as mudanças implementadas pela Reforma se resumem ao ajuste fiscal e a mudança institucional que refletem no enxugamento das responsabilidades do Estado, na contenção dos gastos, na privatização das empresas públicas, dentre outras ações que visam o maior controle por resultados das organizações, que passam a ter maior autonomia de gestão a serviço da rentabilidade econômica da lógica neoliberal.

Embora a eficácia seja um recurso analítico de origem de autores anglo-saxões no campo da pesquisa de avaliação de abordagens tradicionais (MERCADO *et al.*, 2010, p.24), compreendemos que o uso desses conceitos e dimensões avaliativas na realidade Latino Americana devam ser acompanhados de análises que adentrem a realidade estudada à luz de valores e concepções sociais democráticas, desvencilhando de concepções neutras e evitando seu uso homogeneizador que não respeitam as particularidades locais e de grupos e que reforcem ainda mais as desigualdades sociais. Para isso entendemos que o uso dessas dimensões - eficácia, eficiência e efetividade – no processo avaliativo deva estar apoiado de abordagens pluridisciplinares para conhecimento e representação da realidade social, assim como a análise multidimensional da realidade estudada, para pensar o atendimento as necessidades da população usuária, afastando-se de abordagens mediadas apenas por indicadores econômicos. Para isso junto a dimensão da eficácia é preciso incluir os princípios da política específica, que fundamentará o estudo avaliativo, uma vez que os princípios estão relacionados a implementação de políticas com seus objetivos principais.

Dadas essas dimensões de acompanhamento e avaliação das ações operacionais das políticas, buscam-se medidas que fundamentem os planejamentos e os processos decisórios no ciclo das políticas. Essas medidas são pensadas por meio de dados da realidade, traduzidas em forma de taxas ou índices (dados estatísticos, dados administrativos, entre outros) e são transformados em indicadores sociais.

Para Januzzi (2005, p.138):

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente.

Ao se debruçar na discussão a respeito de indicadores sociais Arregui (2012) nos chama atenção para os indicadores alternativos. Para autora é preciso considerar que a crescente produção de dados quantitativos e informações no campo da gestão sob uma lógica instrumental e econômica, não tem substanciado de modo suficiente o conhecimento sobre a realidade para o ciclo das políticas sociais, pois não tem manifestado as questões emergentes, as particularidades da população e o contexto territorial. Deste modo, as



reflexões instigadas pela autora sobre as necessidades de novas formas de quantificação e de representação da realidade social, por meio de aportes pluridisciplinares, vão ao encontro a indagação da atual noção de desenvolvimento por meio do crescimento econômico, todavia insustentável para a humanidade. Fazem-se necessários indicadores alternativos com aporte de novas concepções sobre desenvolvimento humano e sustentável, na perspectiva de erigir socialmente novos olhares sobre a realidade social.

Os indicadores, assim como as variáveis, também representam as medidas de avaliação dentre os recursos da pesquisa avaliativa. De acordo com Minayo (2009, p. 2):

Em geral, os pesquisadores consideram que os indicadores constituem parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (Avaliação de resultados). Como uma espécie de sinalizadores da realidade, a maioria dos indicadores dá ênfase ao sentido da medida e balizamento do processo de construção da realidade ou de elaboração de investigações avaliativas.

No que compete aos indicadores qualitativos compreendidos em sua constituição permanente e coletiva, Martinelli (1994, p.139), chama atenção para dois eixos essenciais no qual a construção dos indicadores deve se reportar: *efetividade das ações* e o *alcance social*:

A efetividade das ações se refere ao vigor do Programa, desenvolvido, à sua força política enquanto instrumento de transformação social da realidade e o alcance social, ao impacto do Programa junto à população usuária e a comunidade na qual se encontra inserida.

Já a variável é uma característica do fenômeno que pode apresentar diferentes valores. Para que as variáveis se tornem medidas de avaliação é necessário utilizar-se dos indicadores, que são como parâmetros dos resultados esperados. De acordo com o material publicado pela Unicamp (1999), as variáveis podem ser classificadas como dependentes; intervenientes e; independentes. A variável dependente são aquelas medidas representadas pelo programa e seu plano, como medidas de resultados, desempenho, cumprimento de metas e outros. Os indicadores que captam tais variáveis são os indicadores de eficiência e de impacto. A variável interveniente são aquelas variáveis contextuais e os fatores externos que podem ou não contribuir para produção de mudanças identificadas. As variáveis intervenientes ou contextuais podem ser compreendidas como as condições dos espaços locais de implementação, a exemplo pode considerar o porte do município; características socioeconômicas da população, a incidência de um mesmo programa no município, dentre outros.

Já para a variável independente são considerados os fatores de natureza institucional que interferem no desempenho do programa. Trata-se de características e



condições prévias das agências e dos agentes implementadores. Os indicadores que captam essa variável independente são os de eficácia.

Para a análise do processo de implementação das políticas e programas considera-se que as variáveis independentes influenciam nas variáveis dependentes. Em outras palavras, a condução da implementação e seu desempenho dependerá das estratégias (ou metodologias) elencadas e pelo impacto que as estruturas de operação institucional (estruturas organizacionais; quadro jurídico-legal; recursos físicos; recursos financeiros; recursos humanos; base de apoio logístico) e a dinâmica dos agentes implementadores (conhecimento sobre os objetivos da política, dentre outros) exercem nestas estratégias (SILVA, 1999).

D' Ascenzi e Lima (2013) incluem ainda as variáveis cognitivas, ao propor um modelo analítico ao processo de implementação baseado na integração entre variáveis centrais dos modelos top-down (desenho prospectivo) e bottom-up (desenho retrospectivo). Essa integração destaca algumas contribuições destes modelos, assim como rejeitam outras.

Nesse sentido, além das características do plano e da dinâmica dos espaços organizacionais, há um destaque das variáveis cognitivas, que agem como mediadoras entre as intenções compreendidas no plano e sua apropriação nos locais, fazendo com que essa variável tenha ênfase neste modelo de análise proposto pelo autor e autora.

Esta claro que o foco deste estudo é sobre a *avaliação de políticas*, no qual discorreremos ao longo deste artigo, mas é importante deixar claro que há outras modalidades de avaliação identificadas entre os (as) autores (as) como: *avaliação política* e *análise de políticas públicas*. Para Arretche (2007) apesar das diferenças, é comum que essas modalidades de avaliação não tenham a intencionalidade de serem apenas instrumentais e neutras, reafirmando aqui a dimensão técnica e política da avaliação. Para a autora a *avaliação política* vai ao encontro dos fundamentos políticos e das razões pelas escolhas e adoção de critérios de uma dada política, ou seja, é um estudo anterior e independente da engenharia institucional ou de seus resultados. Para Figueiredo e Figueiredo (1986, p.108-123) a *avaliação política* pretende realizar:

[...] análise e elucidação dos critérios ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que as tornam preferível a qualquer outra [...] aqueles estudos que se voltam para aferição do grau de consistência entre os objetivos sociais, os princípios de justiça e, claro, os meios a serem usados.

O autor e a autora ainda afirmam que a *avaliação política* deve contemplar questões a respeito dos propósitos do programa, em que medida esses propósitos respondem as demandas sociais, qual a viabilidade funcional do programa, e qual seu potencial de efetividade. Olhando para essas questões nos parece um caminho de análise da formulação e construção da política, para substanciar as escolhas e estratégias adotadas para



avaliação e monitoramento adequados a realidade do programa, somada a análise a respeito da constituição dos fundamentos éticos da política social implicados na ordem capitalista e suas transformações.

No entanto, a modalidade de *análise de políticas públicas* tem o intuito de examinar pontos essenciais da engenharia institucional do programa, buscando analisar como se deu esse campo de decisões políticas, de negociação e embates, para chegar ao desenho e engenharia do programa (ARRETCHE, 2007).

Existe também a abordagem denominada de “ciclo de políticas”, formulada pelos autores ingleses Stephen Ball e Richard Bowe, utilizada para análise de políticas sociais e educacionais. A partir de uma orientação pós-moderna, o ciclo de políticas busca uma análise crítica desde a formulação, implementação e resultados das políticas, assim como os diferentes desejos e disputas que influenciam esse processo. Nesse sentido há uma preocupação em analisar as várias dimensões da política nos seus contextos de influência, de produção de texto e o contexto da prática. Uma das críticas a essa abordagem é a falta de uma teoria de Estado clara, crucial para uma análise de políticas e seus determinantes (MAINARDES, 2006).

Ainda nesta modalidade de análise é possível que se atribua alguns resultados prováveis neste exame da política, mas é na modalidade de *avaliação das políticas e programas* que se desenvolve a particularidade que:

[...] consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y, ou ainda, que na ausência do programa x, não teríamos o resultado y. (ARRETCHE, 2007, p. 31).

Esta distinção demarca que a avaliação tem como principal objetivo estimar o valor de algo, avaliar e compreender os fatores que distanciam os objetivos e o desenho do programa, tendo como referência seus objetivos e metas. A avaliação busca estimar valor e julgamento sobre os efeitos e impactos da política, seja antes, durante ou ao final de sua implementação.

Em relação ao surgimento e desenvolvimento da avaliação de políticas sociais, a literatura divide em quatro gerações. Nos Estados Unidos entre os anos de 1930 e 1960, destaca-se a primeira e segunda geração, e entre 1960 e 1970 marca a terceira geração. As três gerações, as mais tradicionais, se desenvolvem a partir de preocupação e procedimentos de medições quantitativas e neutras, negando sua dimensão política, em sua maioria.

Já a quarta geração nasce neste contexto último, mas agora fundamentada em abordagens bem diferentes das anteriores, passando a valorizar a participação de outros sujeitos no processo de avaliação, discordando da avaliação como ação exclusiva de um



especialista. Essa geração passa a afirmar a importância da articulação de metodologias quantitativas e qualitativas, assim como evidencia a dimensão política da avaliação, negando a neutralidade técnica defendida anteriormente, pelas gerações mais tradicionais.

De acordo com Silva (2013), no Brasil a pesquisa de avaliação inicialmente se constituiu com intenções fiscalizatórias e burocráticas. A partir da década de 1980 passa a se desenvolver com mais intensidade impulsionado pelo Movimento de Redemocratização do país, demarcado pela luta de grupos sociais para a universalização e controle social das políticas sociais. Na década de 1990 a prática da avaliação demarca outra conjuntura, a da Reforma do Estado e do projeto neoliberal. Enxugando sua função de executor, o Estado passa a transferir a execução dos programas sociais ao Terceiro Setor, neste contexto a avaliação das políticas e programas se torna fundamental para o controle do Estado, favorecendo o uso de avaliadores externos, com intenção de medir a eficiência dos gastos públicos e a eficácia dos programas sociais.

Apesar da prática da avaliação estar relacionada historicamente a estes contextos de controle externo, reduzindo a avaliação em sua dimensão técnica, como mera medição de resultados das políticas e programas, os (as) autores (as) citados identificam que a avaliação também vem se desenvolvendo a partir de variáveis e indicadores contextuais, buscando além dos resultados quantitativos, os resultados qualitativos, a fim de identificar a efetividade, os efeitos e impactos das políticas nos grupos e na população alvo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo é possível afirmar que há uma escassez de estudos avaliativos no campo das políticas sociais e de seus operadores. Outro resultado refere-se a falta de consenso sobre a temática. O que realçando a importância de propiciar o entendimento a cerca dos aspectos teórico-metodológicos para o planejamento dos procedimentos avaliativos, na busca de contribuir com o aprimoramento da implementação das políticas e programas.

Os estudos avaliativos do campo crítico buscam contribuir com reflexões e conhecimentos para a tomada de decisões, para o aprimoramento do desenvolvimento das políticas, melhoria da aplicação de recursos, identificação de seus impactos, entre outras questões oportunas para o debate público e de desenvolvimento da avaliação de políticas e programas.

O acúmulo teórico sobre a avaliação de políticas ao longo das décadas e as transformações na estrutura institucional do Estado com a redemocratização do país, em específico no Brasil possibilitaram a emergência de novas reflexões críticas a cerca de suas dimensões e da integração de novos sujeitos no processo avaliativo. Apesar da reforma



neoliberal ainda em curso, os movimentos sociais têm impulsionado o avanço do controle social, o que envolve também a avaliação das políticas.

Dessa forma, identificamos a necessidade de novos estudos que façam a defesa das políticas e programas, por meio de avaliações sistemáticas para obtenção de informações reais e relevantes, de forma tal que propicie dados para aprimorar ou alterar o curso de implementação do programa. Considerando as funções política e técnica da pesquisa avaliativa, entendemos que ela pode contribuir para o processo de implementação das políticas junto ao fortalecimento das estratégias de reorganização de modelos assistenciais com base nos princípios da respectiva política e/ou programa. Por fim, esperamos que o presente artigo possa contribuir com novos estudos e pesquisas avaliativas das políticas sociais, compreendendo que a avaliação é fundamental para a implementação de fato dos objetivos das políticas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria Magalhães; IRIART, Jorge Alberto B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Saúde Pública**, v. 28, n. 1, jan. 1994. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000100012>
- ARREGUI, Carola. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de qualificação. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 529-554, jul./set. 2012.
- ARRETCHE, Marta T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 29-39.
- BARREIRA, M. C.R.N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2000.
- D'ASCENZI; LIMA. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. Org: BARREIRA; CARVALHO. São Paulo:IEE/PUC-SP, 2001.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Análise & Conjuntura**, v. 1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986. Disponível em <https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf>. Acesso em maio de 2021.
- FRANCEZE, Cibele. Administração Pública em contexto de mudança: desafios para o gestor de políticas públicas. . In: **Política e gestão pública em saúde**. Org: Ibañes; Elias; Seixas. São Paulo: Hucitec Editora. 2011.



JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: **Revista do Serviço Público Brasília** 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise da política educacional. **Ed. Soc.** Campinas, v.27,nº94, pp.47-69.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 14, n. 45, p. 137-141, ago. 1994.

MERCADO; BOSI (organizadores). **Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA . Restruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. In: **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social**. Org: Pereira. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

SILVA, Maria Ozanira S. **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos-metodológicos**. [S.l.]: Veras Editora; Grupo de Pesquisa de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (Gaepp), 2013.

SILVA, P. L. B. (coord.). **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários: relatório final**. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1999. Disponível em:
<https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/369a97aabb94bf06109e4a75d21b45d1.pdf>. Acesso em maio de 2021.

MINAYO, Cecília S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de educação médica**, v. 33, supl. 1, p. 83-91, 2009.

UNICAMP. **Documento Metodológico da Pesquisa Análise Qualitativa dos Programas Inovadores da Comunidade Solidária**. NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Caderno de Pesquisa N°42, 1999. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=106100>. Acesso em junho de 2019.